



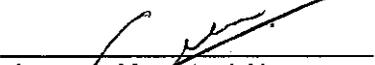
CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA CMF Nº 067/2014

Publicado no quadro de avisos da
Câmara Municipal,
em 13 de novembro de 2014.

**DISPÕE SOBRE INSTITUIÇÃO DE INSTRUÇÃO
NORMATIVA DO SISTEMA DE COMPRAS,
LICITAÇÕES E CONTRATOS.**


Aurevan Marastoni Alvarenga
Técnico em Informática

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso "II", art. 25 da Lei Orgânica Municipal, pela alínea "g", inciso III do art. 24 do Regimento Interno e, inciso "XI" do art. 29 da Carta Política Vigente, e

Considerando a necessidade da definição e operacionalização dos Sistemas Administrativos e Legislativo de Controle Interno do Município de Fundão/ES, no âmbito do Poder Legislativo,

RESOLVE:

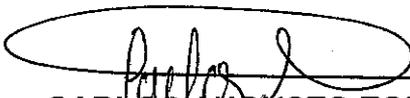
Art. 1º - Fica instituída as Instruções Normativas do Sistema de Compras, Licitações e Contratos - SCL N.ºs 001 e 002 que dispõem, respectivamente, sobre a Gestão e Fiscalização de Contratos e Aquisição de Bens e Serviços.

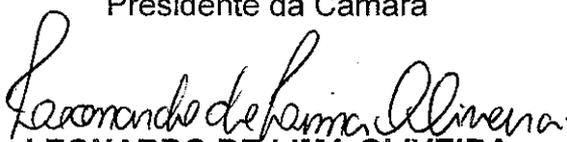
Art. 2º - Caberá UCCI, órgão responsável pelo Sistema de Controle Interno da Câmara (SCI), prestar os esclarecimentos e orientações a respeito da aplicação dos dispositivos desta portaria e da Instrução Normativa aprovada.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revoga disposições em contrário.

CUMPRA-SE, REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Câmara Municipal de Fundão/ES, 13 de novembro de 2014.


CARLOS AUGUSTO TOFOLI
Presidente da Câmara


LEONARDO DE LIMA OLIVEIRA
Agente de Unidade de Controle Interno



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCL Nº 02/2014

Versão: 01

Aprovação em: 13 de novembro de 2014

Ato de aprovação: Portaria CMF N°. 067/2014

Unidade Responsável: Unidade Central de Controle Interno

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art.1º. Estabelecer o trâmite processual das aquisições/contratações da Câmara Municipal de Fundão originadas de procedimentos licitatórios, dispensas ou inexigibilidades de licitação.

CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA

Art.2º. Abrange todas as unidades da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Fundão que, no desempenho de suas atribuições, demandem aquisições/contratações de produtos e serviços.

CAPÍTULO III
TRÂMITE

Art.3º. O trâmite processual das aquisições/contratações da Câmara Municipal de Fundão estará graficamente apresentado no fluxograma apresentado no Anexo 01 e descrito a seguir.

Art.4º. O setor demandante deverá elaborar o Termo de Referência e anexá-lo a um requerimento de aquisição endereçado ao Presidente da Câmara a ser formalmente protocolado.

Art.5º. O Presidente da Câmara irá avaliar a requisição de produtos e serviços e a conveniência da contratação, decidindo assim de deferir ou não a instauração do procedimento de aquisição.

§1º. Caso Presidente indefira o pedido, o setor demandante é informado e o processo segue para o arquivo geral da Câmara.

§2º. Caso Presidente defira o pedido, o procedimento de aquisição é instaurado.



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art.6º. O Setor de Compras realiza cotação de preço com base no Termo de Referência elaborado pelo Setor Demandante.

Art.7º. O Presidente determina que se verifique a existência de saldo de dotação orçamentária para realização da despesa pretendida.

Art.8º. O setor Contábil realizará o saneamento do processo e definirá os contornos da contratação:

- I – verifica disponibilidade de saldo de dotação orçamentária;
- II – realiza reserva de dotação orçamentária;
- III – verifica necessidade de contrato e garantia;
- IV – enquadra como Serviços Contínuos;
- V – sugeri contratação direta;
- V – faz controle de periodicidade das contratações e despesas fracionadas.

§1º. Caso não haja saldo na dotação orçamentária para a despesa pretendida o processo segue para o Presidente que decidirá se arquiva ou suplementa a dotação orçamentária dentro dos limites legais.

Art.9º. Procuradoria Geral elabora parecer jurídico acerca da contratação.

Art.10 Nesse momento acontece uma bifurcação no fluxo do procedimento.

§1º. Caso a despesa pretendida for realizar-se por dispensa de licitação segue o seguinte trâmite:

- I – o Presidente autoriza a despesa e declara o(s) vencedor(es);
- II – a CPL elabora Ato de Dispensa de Licitação;
- III – o Presidente ratifica o Ato de Dispensa de Licitação;
- IV – o Setor de comunicação publica o Ato de Dispensa de Licitação ratificado;
- V – a Presidente convoca o(s) vencedor(es) para assinar contrato, se for o caso.
- VI – o Presidente nomeia um gestor/fiscal para este contrato, se for o caso;



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

VII – o Setor de Comunicação publica o extrato do Contrato;

§2º. Caso a despesa pretendida for realizar-se por licitação segue o seguinte trâmite:

I – a CPL escolhe a modalidade e confecciona a minuta do edital;

II – a Procuradoria Geral analisa a modalidade escolhida, minuta do edital, caso haja retificações necessárias, será efetuada pela CPL e novamente apreciada pela Procuradoria até que seja aprovado;

III – a CPL publica o edital, realiza o certame e publica o resultado;

IV – A Procuradoria Geral elabora parecer jurídico acerca do procedimento realizado anteriormente pela CPL;

V – Presidente homologa o resultado da Licitação;

VI - o Setor de Comunicação publica a homologação;

VII – o presidente contrata o(os) vendedor(es) para assinatura do contrato;

Art. 11 Ambos os procedimentos descritos no art.10 seguem num próximo passo ao Setor Contábil para realização de empenho.

CAPÍTULO IV
ELEMENTOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

Seção I
Da Descrição do Objeto

Art. 12 O Termo de Referência deverá descrever e detalhar o objeto da contratação de forma clara, precisa e suficiente.

Art. 13 Tais descrições devem privilegiar e facilitar a identificação do que a Câmara Municipal de Fundão pretende contratar e buscar um limite que não seja restritivo ou muito amplo.

Art. 14 A descrição do objeto deve enquadrar explicitamente o produto ou serviço como de natureza comum para os fins de licitação pela modalidade Pregão.



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 15 O embasamento legal encontra-se no:

I - Art.14 da Lei Federal nº.8.666/1993: Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicações dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa;

II – Art. 40, I, da Lei Federal nº.8.666/1993: O objeto da licitação deverá conter: descrição sucinta e clara;

III – Art. 3º., II, da Lei Federal nº.10.520/2002: A fase preparatória do pregão observará a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

IV - Art. 8º., I, do Decreto nº. 3.555/2000: A fase preparatória do pregão observará a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou a realização do fornecimento, devendo estar refletida no termo de referência;

V - Art. 9º., I, do Decreto nº. 5.450/2005: Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado a elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização.

Seção II Do Objetivo

Art. 16 Este item do Termo de Referência deve indicar a finalidade básica da contratação, de forma clara, sucinta e direta.

Art. 17 Os objetivos devem elencar os resultados esperados na aquisição de produtos ou contratação de serviços.

Art. 18 A base legal encontra-se no Art.37 caput da Constituição Federal: Princípio da Eficiência.

Seção III Da Justificativa

Art. 19 Todo ato administrativo deve ser motivado.



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art.20 A justificativa deve apresentar elementos que demonstrem a existência da necessidade da contratação e do quantitativo solicitado.

Art.21 Deve ser breve e baseada na conveniência, necessidade e oportunidade da contratação, focar os objetivos que se pretende alcançar e os impactos positivos da contratação.

Art.22 O Setor Requisitante deve descrever os benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação.

Art.23 Demonstrar conexão entre o planejamento estratégico da Câmara Municipal de Fundão, caso haja, e a contratação pretendida.

Art.24 O embasamento legal encontra-se no:

I - Art. 32 da Constituição do Estado do Espírito Santo: As administrações públicas direta e indireta de quaisquer dos Poderes do Estado e dos Municípios obedecerão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, finalidade, interesse público, razoabilidade, proporcionalidade e motivação.

II - Art.2º. da Lei nº 9.784/2002: A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência;

III - Art.3º., I, da Lei nº 10.520/2002: A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

Art.3º.,III, da Lei nº 10.520/2002: Dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados.

Seção IV Das Especificações e Quantidades

Art.25 O Termo de Referência deverá conter a definição detalhada, precisa e clara de todos os elementos que constituem o objeto, vedadas especificações



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização.

Art.26 As especificações devem observar as peculiaridades do mercado e os critérios de sustentabilidade ambiental.

Art.27 Caso a especificação seja muito extensa, este item deverá abordar aspectos gerais e remeter os detalhamentos em outra parte do Termo de Referência, normalmente em anexo (especificações).

PARÁGRAFO ÚNICO. É necessário fazer referência quando houver necessidade de agrupamento de itens em lotes, de acordo com a natureza do fornecimento e as peculiaridades do mercado.

Art.28 Todo material que serviu de base para elaboração das especificações como tabelas, catálogos, desenhos, fotos, entre outros, deverá ser juntado aos autos da contratação.

Art.29 É imprescindível que seja elaborada uma planilha de especificações, comparando os itens para que seja possível aferir quais características atendem às necessidades da Câmara Municipal de Fundão e quais produtos não são compatíveis.

Art.30 A especificação não pode ser direcionada para apenas um fabricante, a descrição deve abranger no mínimo 02 (duas) ou mais marcas/fabricantes.

Art.31 Considerando a vedação de indicação exclusiva de marca, será admitida a previsão da similaridade através das expressões equivalente, similar ou de melhor qualidade.

Art.32 Quando for necessário e adequado inserir normas técnicas tais como ABNT/INMETRO ou exigência de laudos, quanto a padrões de qualidade obrigatória para aquisição de bens/serviços, as regulamentações das referidas entidades devem ser inseridas nos autos do processo de contratação.

Art.33 A quantidade deve ser estimada de forma adequada, observando a existência de produtos em estoque/almojarifado, bem como a existência de contratos vigentes que possibilite a utilização, devendo tal informação constar nos autos.

Art.34 No caso de contratação através de Sistema de Registro de Preços, adequado aos casos de fornecimento por demanda ou parcelado, o Termo de Referência deverá dispor sobre os quantitativos mínimo e máximo que serão adquiridos.



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art.35 Elaborou-se regras mínimas para especificação de produtos e serviços com o objetivo de subsidiar a elaboração de Termos de Referência, apresentados nas próximas subseções.

PARÁGRAFO ÚNICO. As regras mínimas foram elaboradas pois estes interferem sobremaneira na formulação de propostas de preços, como também o julgamento objetivo da proposta mais vantajosa no certame.

Subseção I
Das Regras para Especificação de Produtos

Art.36 Especificar as dimensões com intervalos mínimos e máximos, através das unidades de medida mais utilizadas/reconhecidas/adotadas pelo mercado.

Art.37 Especificar o material de composição (matéria-prima, fórmulas e composto químico) e a forma, inserindo, quando necessário, desenho ou projeto detalhado.

Art.38 Especificar a capacidade, a resistência, a precisão, a potência e o consumo;

Art.39 Especificar a quantidade e a qualidade.

Art.40 Especificar os acessórios, os requisitos de garantia e de segurança.

Art.41 Especificar as cores, nuances, gradações, tonalidades e escalas aceitas no mercado.

Art.42 Especificar a embalagem, conforme a utilização usual do mercado, descrevendo com detalhes a embalagem em situações que exijam armazenamento prolongado ou condições especiais.

Art.43 Especificar os testes e exames de qualidade (com indicação do Normativo que o regulamente), a aferição da especificação, métodos de mensuração, análise dos produtos e o percentual de falhas aceitáveis.

Art.44 Especificar o tipo de frete, o prazo da entrega, conforme as práticas do mercado transporte.

Art.45 Especificar a possibilidade de entrega através dos Correios, assim como a modalidade.

Art.46 Especificar se o produto deve possuir critérios de sustentabilidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Subseção II
Das Regras para Especificação de Serviços

Art.47 Descrever detalhadamente os serviços, as metodologias de trabalho e a definição da rotina de execução a ser adotada.

Art.48 Especificar local e horário de realização dos serviços.

Art.49 Especificar o cronograma de realização dos serviços, dias e horários de funcionamento da Câmara Municipal de Fundão,

Art.50 Especificar a frequência e periodicidade da prestação dos serviços.

Art.51 Especificar os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas, quando for o caso.

Art.52 Especificar os deveres e a disciplina exigidos nas dependências da Câmara Municipal de Fundão.

Art.53 Identificar os resultados esperados.

Art.54 Especificar necessidade de vistoria dos locais da execução dos serviços e elaboração de relatório.

Art.55 Definir a unidade de medida utilizada para o tipo de serviço a ser contratado.

Art.56 Quantificar o pessoal e os insumos necessários à execução contratual.

Subseção III
Das Vedações quanto à Especificação

Art.57 Na definição do objeto a ser contratado, são vedadas as especificações que:

I- sejam restritivas e impliquem limitação da competitividade do certame, exceto quando tecnicamente justificadas pelo responsável pela elaboração do Termo de Referência;

II - direcionem ou favoreçam a contratação de uma empresa específica (indicação de marca);



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

III - não representem a real demanda da Câmara Municipal de Fundão, não se admitindo especificações que sejam superiores às necessidades, exceto quando tecnicamente justificadas pelo responsável pela elaboração do Termo de Referência;

IV - estejam defasadas tecnológica ou metodologicamente.

Art.58 O embasamento legal encontra-se no:

I - Art. 3º. da Lei nº 8.666/1993: Princípio do Desenvolvimento Nacional Sustentável;

II - Art. 3º., § 1º., I, da Lei nº 8.666/1993: É vedado aos agentes públicos: admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

III - Art. 7º, § 5º. da Lei nº. 8.666/1993: É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

IV - Art. 15, § 7º., I e II, da Lei nº 8.666/1993: Nas compras deverão ser observadas, ainda: I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca; II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação.

Seção V Do Fornecimento e Prestação do Serviço

Art.59 O Termo de Referência deve especificar as condições de fornecimento do produto ou prestação do serviço, a forma de entrega (integral, parcelada ou por demanda).

Art.60 O Termo de Referência deve informar o endereço e horário de funcionamento da Câmara Municipal de Fundão, onde deverá ser entregue o objeto ou prestado o serviço, e ainda no caso de fornecimento de produto, prever a forma de acondicionamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PARÁGRAFO ÚNICO Se necessário agendar visita ou horário, informar como deverá ocorrer este contato (setor responsável, servidor designado, telefone e e-mail).

Art.61 O embasamento legal encontra-se no art. 3º., I, da Lei nº. 10.520/2002: A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.

Seção VI
Do Garantia pelo Fornecimento e Prestação do Serviço

Art.62 O Termo de Referência deve especificar o tipo de garantia solicitada (garantia contratual, garantia de mercado, garantia estendida, assistência técnica no site, entre outras), abrangendo o objeto/serviço como um todo e seus componentes conforme o caso.

Art.63 O embasamento legal encontra-se no art. 15, I da Lei nº. 8.666/1993: As compras, sempre que possível, deverão atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.

Seção VII
Do Amostra

Art.64 A necessidade de exigência de amostra deve ser justificada nos autos pelo setor requisitante.

Art.65 Esta previsão no Termo de Referência possibilita à Câmara Municipal de Fundão certificar-se de que o objeto oferecido é, de fato, compatível com as exigências da contratação antes da homologação/ratificação.

Art.66 O Termo de Referência deve estabelecer os critérios objetivos de análise, detalhadamente especificados, bem como o prazo para apresentação de amostras.

Art.67 Esta etapa não deve restringir a participação de potenciais competidores situados em outros estados da federação, comprometer a celeridade do processo e impor ônus desnecessários aos futuros contratados.



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art.68 O Termo de Referência deve mencionar se a amostra fará parte ou não do quantitativo a ser entregue após posterior aprovação do objeto.

Art.69 O embasamento legal encontra-se no art. 75 da Lei nº. 8.666/1993: Salvo disposições em contrário constante do edital, do convite ou de ato normativo, os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta do contratado.

Seção VIII

Do Prazo de Entrega/Prestação de Serviço e Critérios de Recebimento

Art.70 Para esclarecer e facilitar as regras da contratação é necessário que o Termo de Referência estabeleça o prazo de entrega de produtos ou prestação de serviços, em conformidade com as práticas usuais de mercado, com amparo nas informações obtidas nos orçamentos da etapa de cotação de preços.

Art.71 Os prazos previstos no Termo de Referência serão especificados no contrato, ata de registro de preços, ordem de serviço ou ordem de fornecimento.

Art.72 Tais previsões devem ser objetivas, inclusive quanto a possibilidade de prorrogação de prazo, concedido a critério da Câmara Municipal de Fundão.

Art.73 O Termo de Referência deve contemplar os critérios e prazos de recebimento provisório e definitivo, informar o local onde será recebido, o servidor ou comissão designada para desempenhar tal função, assim como as formas de contato por telefone ou e-mail.

Art.74 O embasamento legal encontra-se no:

I - Art. 73, II da Lei nº. 8.666/1993: Executado o contrato, o seu objeto será recebido, em se tratando de compras ou de locação de equipamentos: a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

II - Art. 76, da Lei nº. 8.666/1993: A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

Seção IX

Dos Procedimentos de Fiscalização



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art.75 O Termo de Referência deve estabelecer claramente os procedimentos de fiscalização contratual, buscando desde a origem da contratação dispor sobre a forma e as ferramentas utilizadas para a verificação do cumprimento das regras estabelecidas no Edital, Termo de Referência e Contrato.

Art.76 O embasamento legal encontra-se no:

I - Art. 66 da Lei nº. 8.666/1993: O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

II - Art. 67 da Lei nº. 8.666/1993: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição;

III - Art. 67, § 1º. da Lei nº. 8.666/1993: O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Seção X
Da Responsabilidade Pela Fiscalização

Art.77 Deve ser informado no Termo de Referência qual servidor será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação.

Art.78 Deverá ser feita por fiscal ou Comissão designado(a) pelo Presidente da Câmara para acompanhar a contratação, conforme a metodologia prevista na Norma de Gestão e Fiscalização de Contratos da Câmara Municipal de Fundão (IN SCL N°001/2014).

Art.79 O embasamento legal encontra-se no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Seção XI
Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

Art.80 O Termo de Referência deve especificar de forma clara e objetiva os deveres e responsabilidades da Contratada.



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art.81 É necessário que todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao cumprimento do Contrato sejam dispostos.

Art.82 A identificação das obrigações na etapa de planejamento privilegia a boa elaboração do contrato administrativo.

Art.83 O embasamento legal encontra-se no:

I - Art. 55, VII da Lei nº. 8.666/1993: Informação necessária em todo contrato são os direitos e as responsabilidades das partes;

II - Art. 66 da Lei nº. 8.666/1993: O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

III - Art. 3º., I da Lei nº. 10.520/2002: A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.

Seção XII

Das Obrigações e Responsabilidades da Contratante

Art.84 A mesma lógica descrita acima vale para os deveres e responsabilidades da Câmara Municipal de Fundão.

Art.85 É fundamental que sejam descritas as situações onde Câmara Municipal de Fundão deverá agir para privilegiar o bom andamento contratual.

Art.86 O embasamento legal encontra-se no:

I - Art. 55, VII da Lei nº. 8.666/1993: Informação necessária em todo contrato são os direitos e as responsabilidades das partes;

II - Art. 66 da Lei nº. 8.666/1993: O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

III - Art. 3º., I da Lei nº. 10.520/2002: A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.

Seção XIII Das Penalidades

Art.87 É imprescindível disciplinar os casos onde o descumprimento total ou parcial de obrigação contratual pode acarretar aplicação de penalidades.

Art.88 As penalidades administrativas devem ter caráter pedagógico e aplicação razoável, de forma a possibilitar sua real aplicação, a fim de evitar falhas na execução da contratação.

Art.89 As hipóteses e os procedimentos para aplicação de penalidade estão previstos na Norma de Gestão e Fiscalização de Contratos a Câmara Municipal de Fundão.

Art.90 O embasamento legal encontra-se no:

I - Art. 86 da Lei nº. 8.666/1993: O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

II - Art.3º., inciso I da Lei nº. 10.520/2002: A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.

Seção XIV Da Forma de Pagamento

Art.91 O Termo de Referência deve estabelecer as condições e o prazo de pagamento, considerando as características da contratação.

Art.92 Tais elementos devem ser obtido na Norma de Gestão e Fiscalização de Contratos da Câmara Municipal de Fundão, que disciplina os documentos necessário para a liquidação de despesa, prazos legais e outras informações.

Art.93 O embasamento legal encontra-se no:

I - Art. 40, IX da Lei nº. 8.666/1993: O edital conterà as condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

II - Art. 62 da Lei nº. 4.320/1964: O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação;

III - Art. 63 da Lei nº. 4.320/1964: A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Seção XV
Da Dotação Orçamentária

Art.94 O Termo de Referência deve prever qual ação e elemento de despesa serão utilizados para a contratação.

Art.95 O embasamento legal encontra-se no art. 14 da Lei nº 8.666/1993: Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicações dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.

Seção XVI
Do Valor da Contratação e da Aceitabilidade da Proposta

Art.96 A identificação do valor de mercado é crucial para o sucesso da contratação.

Art.97 O Termo de Referência deve estabelecer o parâmetro de preço que será aceito (considerando as peculiaridades da contratação) e o critério adotado para avaliação das propostas (item ou lote).

Art.98 O parâmetro de preço é fundamental para a análise do julgamento das propostas no certame, assim como o cabimento de contratação direta em razão de valor.

Art.99 As exigências e condições do mercado, tais como especificação, qualidade, desempenho, prazos de entrega, prestação de serviço, execução e garantia, são cruciais para a identificação do valor da contratação.

Art.100 O embasamento legal encontra-se no:

I - Art. 15, V da Lei nº. 8.666/1993: As compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública;



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

II - Art. 40, X da Lei nº 8.666/1993: O edital conterà o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48.

Seção XVII Das Disposições Gerais

Art.101 O Termo de Referência deve indicar informações relevantes para a contratação que não se enquadram nos itens antecedentes.

Art.102 Deve-se reforçar alguma informação imprescindível para a contratação não mencionada anteriormente.

Art.103 Pode-se identificar algum critério relevante para comprovação, habilitação no procedimento licitatório, subcontratação, necessidade de visita técnica, ciência das condições da contratação, dentre outros.

Seção XVIII Do Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

Art.104 O Termo de Referência será elaborado pela setor requisitante.

Art.105 As solicitações de natureza complexa ou específica deverão ser elaboradas ou supervisionadas por um profissional ligado à área do objeto solicitado, que tenha conhecimento técnico sobre o objeto.

Art.106 Deverá constar nome, cargo, matrícula do servidor e do responsável pela unidade requisitante.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 107 Servidores da UCCI do Poder Legislativo, devidamente identificados, têm livre acesso aos Processos de Contratação e Pagamento, por ocasião da realização de auditorias, inspeções e outras averiguações que entenderem necessárias para o cumprimento de sua função.

Art. 108. Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à Unidade Central de Controle Interno que, por sua vez, através de procedimentos de auditoria interna aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estruturas organizacional.



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 109 Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão resolvidos pelo Gabinete da Presidência, conjuntamente com a Unidade Central de Controle Interno e a Presidência e Procuradoria Geral.

Art. 110 Esta Instrução Normativa entrará em vigência na data de publicação da Portaria de Aprovação, revogando as disposições a ela contrárias.

Fundão, 13 de Novembro de 2014.

CARLOS AUGUSTO TOFOLI
Presidente da Câmara Municipal de Fundão

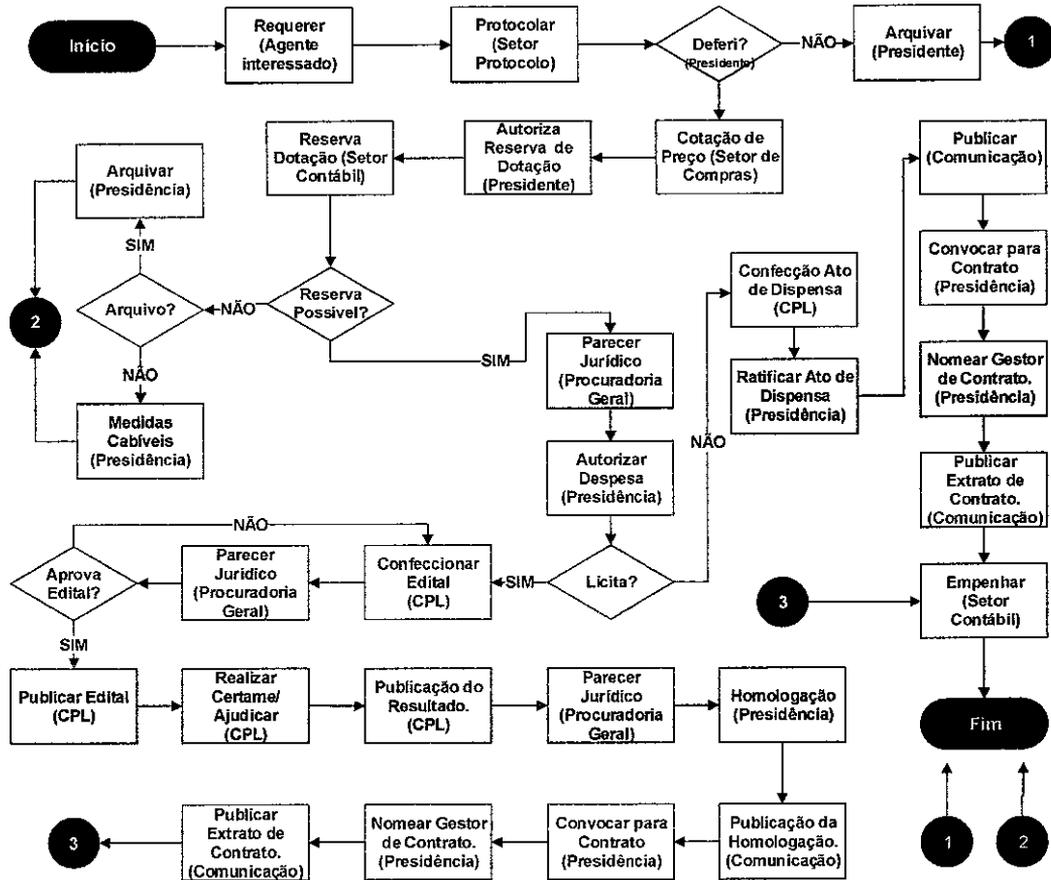
LEONARDO DE LIMA OLIVEIRA
Agente de Unidade de Controle Interno



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Anexo 01 - FLUXOGRAMA





CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Anexo 02 - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DESCRIÇÃO DO(S) OBJETO(S)
2. DO OBJETIVO
3. DA JUSTIFICATIVA
4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES
5. DO FORNECIMENTO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
6. DA GARANTIA PELO FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
7. DA AMOSTRA
8. DO PRAZO DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO
9. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO
10. DA RESPONSABILIDADE PELA FISCALIZAÇÃO
11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
13. DAS PENALIDADES
14. DA FORMA DE PAGAMENTO
15. DA FORMA DE PAGAMENTO
16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
17. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA
18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Fundão, em DD de MM de AAAA.

Responsável Pela Elaboração



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCL Nº 01/2014

Versão: 01

Aprovação em: 13 outubro de 2014

Ato de aprovação: Portaria CMF Nº. 067/2014

Unidade Responsável: Unidade Central de Controle Interno

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art.1º. Uniformizar as atividades de Gestão e Fiscalização de Contratos no âmbito da Câmara Municipal de Fundão.

CAPÍTULO II
GESTÃO CONTRATUAL

Art.2º. É a coordenação, monitoramento e a orientação das atividades relacionadas aos trâmites dos contratos administrativos.

Art.3º. Contempla uma série de ações que buscam o melhor andamento e rendimento da execução de obras, serviços ou fornecimento de produtos, com vistas ao integral cumprimento das previsões contratuais e atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Fundão.

Art. 4º. As atividades gerenciamento de contratos são de competência direta do Gabinete na Presidência:

I - Cobrar elaboração das minutas e instrumentos contratuais da Procuradoria Geral da Câmara;

II - Manter arquivo organizado com todos os documentos da contratação;

III - Manter sob sua guarda os processos de contratação;

IV - Cobrar, controlar e arquivar os documentos das modalidades de garantias oferecidas;

V - Especificar quais serão as ações do fiscal/comissão no Plano de Fiscalização (Anexo 01);

VI - Encaminhar quando necessário ao Fiscal/Comissão cópias do edital, termo de referência/projeto básico, contrato e anexos, proposta de preço, extrato de publicação da contratação na imprensa oficial, nota de empenho, planilhas de



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

custos, Convenção Coletiva de Trabalho e alterações contratuais (apostilamento e aditivos);

VII - Controlar os contratos em execução e as respectivas vigências;

VIII - Verificar e acompanhar os valores empenhados e liquidados do contrato;

IX - Controlar, analisar e executar atividades referentes à gestão de contratos, instruindo, quando for o caso, quanto à prorrogação, reajuste de preço, reequilíbrio, repactuação, acréscimo, suspensão, termos aditivos, apostilamentos, aplicação de penalidades e glosas, conforme as informações do Relatório de Fiscalização (Anexo II), submetendo os autos ao Presidente da Câmara;

X - Acompanhar o cumprimento das disposições contratuais e propor ao Presidente a adoção de providências que se fizerem necessárias nos casos de:

a) alterações contratuais referentes ao objeto, prazo e valores contratados;

b) prorrogação dos contratos em vigor ou a realização de nova contratação, para que não ocorra interrupção dos contratos;

c) negociação com empresas as contratadas no ato de prorrogação dos contratos de serviços contínuos, para assegurar condições mais vantajosas para a Câmara Municipal de Fundão;

d) aplicação de sanções previstas para inexecução total ou parcial do contrato, privilegiando o contraditório e a ampla defesa;

e) comprovada má fé na execução contratual.

XI - Comunicar ao fiscal/comissão sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual que tenham implicações na atestação;

XII - Consultar o fiscal/comissão e o Setor Demandante, com antecedência estabelecida no art. 32 desta Norma, a respeito da conveniência de se prorrogar ou não o contrato;

XIII - Comunicar por escrito ao Presidente, informando sobre término do contrato, em tempo hábil para realização dos procedimentos necessários à prorrogação ou a realização de nova contratação, observando a antecedência estabelecida no art. 32 desta norma;

Rua São José n.º 135, 1º andar, Centro - Fundão/ES - CEP: 29185-000 - Tel.: 3267.1428 Tel.Fax: 3267.1339 - Site:
www.camarafundao.es.gov.br - E-mail: cmfes@camarafundao.es.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

II - não estar, preferencialmente, respondendo a processo de sindicância ou processo administrativo disciplinar;

III - não possuir em seus registros funcionais punições em decorrência de práticas de atos lesivos ao patrimônio público, em qualquer esfera de governo;

IV - preferencialmente não haver sido responsabilizado por irregularidades junto a órgãos de Controle Externo;

V - não haver sido condenado em processo criminal por crime contra a Administração Pública, capitulados no Título XI, Capítulo I, do Código Penal Brasileiro e na Lei n.º 8.427/1992;

VI - não possuir com o contrato relação comercial, econômica, financeira, civil ou trabalhista;

VII - não ser amigo íntimo ou inimigo capital do contratado ou dos dirigentes do contrato;

VIII - não possuir relação de parentesco com o contratado.

Art.9º. O fiscal/comissão deverá adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento do ajuste, tendo por parâmetro as previsões do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO. As decisões e providências que ultrapassarem a sua competência deverão ser encaminhadas ao Gabinete da Presidência, em tempo hábil, para adoção de medidas cabíveis.

Art. 10 A prática dos Atos de fiscalização de contrato deve ocorrer no processo de pagamento, nas hipóteses em que a atuação destes for necessária.

Art. 11 No processo de pagamento o fiscal/comissão deve promover os atos previstos no contrato e no Plano de Fiscalização, que compreendem as atividades básicas de fiscalização e liquidação de despesas.

Art. 12 O fiscal deve preencher o Relatório de Fiscalização, que tem o objetivo de ser um instrumento de anotação da execução contratual, elemento para liquidação de despesas e ferramenta de comunicação de comunicação dos fatos em que o Gabinete da Presidência deve se manifestar ou sugerir intervenção do Presidente da Câmara.

Art.13 São atribuições específicas do fiscal/comissão de contrato da Câmara Municipal de Fundão:

Rua São José n.º 135, 1º andar, Centro - Fundão/ES - CEP: 29185-000 - Tel.: 3267.1428 Tel.Fax: 3267.1339 - Site:
www.camarafundao.es.gov.br - E-mail: cmfes@camarafundao.es.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

I - Estudar atenta e minuciosamente todo contrato e seus aditivos, principalmente quanto a(o):

- a) objeto de contratação;
- b) prazo de vigência do contrato e da garantia contratual;
- c) forma de fornecimento dos materiais, prazo de entrega, prestação dos serviços e quantitativo de funcionários, se houver;
- d) cronograma de serviços;
- e) obrigações da Câmara e da contratada, especialmente no que se refere à Convenção Coletiva de Trabalho - CTT, que rege a relação da categoria dos profissionais empregados nos serviços contratados;
- f) condições de pagamento;
- g) condições de fiscalização;
- h) penalidades.

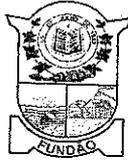
II - Manter armazenado cópias do edital, termo de referência/projeto básico, contrato e anexos, proposta de preço, extrato de publicação, nota de empenho, planilhas de custo, Convenção Coletiva de Trabalho, alterações contratuais (apostilamento e aditivos) e Certidões negativas constantes no inciso XIX do Art. 4º desta Instrução (atentar quanto à validade);

III - Manter sob sua guarda os processos de pagamento;

IV - Esclarecer dúvidas do preposto/representante da contratada que estiverem sob a sua alçada, direcionado-as, quando for o caso, ao Gabinete da Presidência ou ao titular do Setor Demandante.

V - Esclarecer a contratada que a eventual omissão de Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximi-la da responsabilidade pela execução da contratação;

VI - Aprovar os materiais e equipamentos a serem empregados, de acordo com as especificações do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- VII - Verificar se na entrega dos materiais, na execução de obras ou na prestação de serviços, as especificações e as quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no contrato;
- VIII - Acompanhar a execução do objeto do contrato, de acordo com as rotinas e instrumentos de controles previamente estabelecidos no contrato e Plano de Fiscalização, para subsidiar a liquidação da despesa;
- IX - Inserir no processo os documentos necessários à boa fiscalização de contrato;
- X - Inserir nos autos sempre que necessário certidões da Receita Federal, INSS, FGTS e Débitos Trabalhistas (CNDT) e verificação de eventual proibição para contratar com a Administração;
- XI - Verificar e exigir a execução das rotinas da contratação previamente estabelecidas e definidas no contrato;
- XII - Elaborar Relatório de Fiscalização, anotar todas as ocorrências relacionadas à sua execução, apontar faltas cometidas pelo contratado, solicitar a regularização, sugerir aplicação de penalidade, controlar o saldo do empenho e informar as boas práticas;
- XIII - Opinar sobre quaisquer solicitações necessárias ao perfeito atendimento do objeto do contrato e, em especial, aquelas que importem no acréscimo de valores ao contrato, casos que deve ser submetido ao Gabinete da Presidência e posteriormente ao Presidente da Câmara.
- XIV - Submeter previamente à apreciação do Gabinete da Presidência, à Procuradoria da Câmara e ao Presidente quaisquer alterações imprescindíveis na contratação, apresentando justificativa e demais elementos necessários;
- XV - Inteirar-se a respeito dos casos de prorrogações, repactuações e alterações contratuais;
- XVI - Conferir as notas fiscais e planilhas apresentadas pelos contratados, verificando e comparando os valores, os cálculos, os quantitativos e a descrição dos objetos, inclusive marca/fabricante, com as informações do contrato, ordem de fornecimento ou ordem de serviço;
- XVII - Atestar a efetiva realização do objeto do contrato, para a correta liquidação da despesa relativa à nota fiscal;



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- XVIII - Não atestar a nota fiscal enquanto não for cumprida a obrigação e/ou apresentada documentação comprobatória dos encargos da contratação;
- XIX - Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado e os serviços executados em desconformidade com os termos estabelecidos no contrato, ordem de fornecimento ou ordem de serviço;
- XX - Fiscalizar a manutenção pela contratada das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- XXI - Manter contato com o preposto ou representante da contratada, durante toda a execução do contrato, com o objetivo de garantir o cumprimento integral das obrigações pactuadas;
- XXII - Requerer ao Gabinete da Presidência a adoção de providências que extrapolem a competência da Fiscalização;
- XXIII - Buscar esclarecimentos e soluções técnicas para as ocorrências que surgirem durante a execução do contrato e antecipar-se na solução de problemas que afetem a relação contratual, tais como: não comprovação de regularidade fiscal, greve de pessoal, não pagamento de obrigações com funcionários, dentre outros;
- XXIV - Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação trabalhista e social em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;
- XV - Exigir que a contratada mantenha seus empregados devidamente uniformizados, provendo-os, quando necessário, dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);
- XXVI - Exigir, sempre que necessário ou quando da inclusão de novos funcionários, a respectiva Carteira Profissional para comprovar o registro da função profissional e a apresentação de atestado de antecedentes civil e criminal dos empregados alocados para o serviço;
- XXVII - Exigir da contratada que mantenha devidamente identificados, de forma não serem confundidos com similares de propriedade da Câmara, todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas ou no prazo contratualmente estabelecido, sendo que os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo evitar danos à rede elétrica;



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

XXVIII - Exigir da contratada, mediante mediante notificação formal e justificada, a substituição imediata de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou interesse da Câmara, devendo sua substituição ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas ou no prazo contratualmente estabelecido;

XXIX - Exigir que a contratada assumo, por meio de seus encarregados, todas as responsabilidades e tome as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados em atividade na Câmara Municipal de Fundão, acidentados ou com mal súbito.

XXX - Exigir da contratada que, nos locais ou objeto onde serão executados os serviços, se mantenha, permanentemente, o bom estado de limpeza, organização e conservação.

XXXI - Exigir que a contratada instrua seus empregados quanto à prevenção de incêndios, acidentes de trabalho e utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);

XXXII - Controlar juntamente com o preposto da contratada, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal;

XXXIII - Proibir a execução por parte dos funcionários da contratada de prática de atos estranhos ao objeto contratado;

XXXIV - Proibir, nos locais que estão sendo executados os serviços, permanência de materiais, equipamentos e pessoas estranhas ao objeto contratado;

XXXV - Verificar a subcontratação não permitida em contrato, informar ao Gabinete da Presidência para adoção de medidas cabíveis;

XXXVI - Comunicar por escrito ao Gabinete da Presidência a ocorrência de quaisquer danos causados pela contratada à Câmara Municipal de Fundão;

XXXVII - Realizar as glosas nos casos em que for constatada falha na execução do contrato, não havendo acordo de níveis de serviço/fornecimento;

XXXVIII - Atestar, quando for o caso, para fins de restituição de garantia, que a CONTRATADA cumpriu integralmente todas as obrigações contratuais, inclusive as trabalhistas e previdenciárias;



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

XXXIX - Encaminhar ao Gabinete da Presidência, devidamente acompanhados dos documentos que o motivam as questões relativas à (ao):

- a) comunicação para abertura de nova contratação ou proposta de acréscimo nos casos possíveis;
- b) constatação da necessidade de acréscimo e/ou supressão, observado o limite máximo admitido por lei;
- c) pedidos de revisão, reajuste e repactuação solicitados pela contratada, juntamente com a planilha de custos e formação de preços adequada ao valor requerido.

XL - Realizar pesquisa de satisfação junto aos servidores para avaliar a qualidade dos produtos e serviços contratados.

Art.14 É vedado ao fiscal/comissão praticar atos de ingerência na administração da contratada, tais como:

I - exercer o poder de mando sobre os funcionários da contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando no objeto da contratação houver previsão de atendimento direto, tais como serviços de recepção e apoio ao usuário;

II - promover acertos verbais com o contratado;

III - direcionar contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

IV - promover ou aceitar desvio de funções dos trabalhadores da contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto de contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi convocado;

V - considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão;

VI - negociar folgas ou compensação de jornada com os funcionários da contratada;

VII - manter contato com o contratado, visando obter benefício ou vantagem direta ou indireta, inclusive para terceiros.



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 15 O fiscal/comissão do contrato, por força de atribuições formalmente instruídas, tem deveres que, se não cumpridos poderão resultar em responsabilização civil, penal e administrativa.

Art. 16 A Lei Complementar n.º 46/1994 prevê as penalidades disciplinares a serem aplicadas aos servidores pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 17 Compete ao Gabinete na Presidência promover o encaminhamento dos indícios de desvio de conduta ao Presidente da Câmara para a devida apuração dos fatos.

CAPÍTULO III
CONTRATO ADMINISTRATIVO

Seção I
Da Definição

Art. 18 Considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja acordo de vontade para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.

Art. 19 O contrato administrativo é o ajuste que a Administração Pública celebra com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para o atendimento do interesse coletivo, segundo as normas do Direito Público.

Seção II
Da Pertinência

Art. 20 As contratações públicas devem ser formalizadas, obrigatoriamente, por meio de termo de contrato, nos seguintes casos:

- I - licitações realizadas nas modalidades tomada de preço e concorrência;
- II - dispensas ou inexigibilidades de licitação, cujos valores estejam compreendidos nos limites das modalidades tomada de preço e concorrência;
- III - contratações de qualquer valor das quais resultem obrigações futuras, por exemplo: entrega futura ou parcelada do objeto, assistência técnica, garantia técnica, serviços a serem prestados e etapas a serem cumpridas;

§1º. Nos demais casos o termo de contrato é facultativo, podendo ser substituídos por instrumentos considerados hábeis, como carta-contrato, nota



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço;

§2º. Em qualquer dos casos de substituição do contrato por outro instrumento, devem ser observados o princípio e os limites da razoabilidade.

§3º. Carta-contrato, nota de empenho, autorização de compra u ordem de execução de serviço são documentos mais simples utilizados para a substituição de contratos, porém aplica-se no que couber as exigências do art. 55 da Lei n°. 8.666/1993;

§4º. A administração também pode dispensar o termo de contrato nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, das quais não resultem em obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Seção III Do Termo Aditivo

Art. 21 O Termo Aditivo é um instrumento utilizado para formalizar as modificações nos contratos administrativos, tais como modificações no objeto, acréscimos ou supressões no objeto, prorrogações de prazos, além de outras previsões no art. 65 da Lei n°. 8.666/1993.

Art. 22 A elaboração do Termo Aditivo compete ao Gabinete da Presidência que deverá encaminhá-lo à análise da Procuradoria Geral, e demais trâmites, assim como a publicação na imprensa oficial.

Seção IV Do Termo de Apostilamento

Art. 23 O Termo de Apostilamento é um registro/despacho administrativo.

Art.24 O registro por Termo de Apostilamento pode ser utilizado nos seguintes casos:

I - variações do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços;

II - compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento;

III - empenho de dotações orçamentárias suplementares, até o limite do seu valor corrigido.



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§1º. O apostilamento não precisa ser publicado na imprensa oficial, pois o art. 61 § único, da Lei n.º. 8.666/1993, somente exige a publicação do instrumento do contrato e dos seus aditamentos.

§2º. Como regra as alterações que podem ser feitas por apostilamento referem-se a fatos já previstos no próprio contrato, não constituindo inovações na ordem jurídica;

§3º. No apostilamento não há a necessidade de assinatura do contrato ou anuência da contratada, bastando o seu conhecimento, que se faz pela remessa de uma das vias da apostila, permanecendo a outra juntada ao contrato ou ao processo de contratação.

§4º. Quando for necessário praticar vários atos administrativos, sendo um deles elencado como o caso obrigatório de aditivo contratual, o apostilamento fica afastado.

Seção V Da Rescisão

Art. 25 A inexecução total ou parcial do contrato pode acarretar a sua rescisão, com as consequências estabelecidas no próprio contrato em lei ou regulamento, conforme o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º. 8.666/1993.

Art. 26 São motivos para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, serviço ou fornecimento, nos prazos estipulados;

III - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

IV - a paralização na obra, serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

V - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contrato com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, da execução do objeto, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, quando não admitida no ato convocatório e no contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

VI - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução;

VIII - a decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

IX - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contrato;

X - a alteração social, a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XI - razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Presidente da Câmara, e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

XII - a suspensão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação no valor inicial do contrato além do limite permitido;

XIII - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório ou indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações, e outras previstas, assegurando ao contratado, nesses casos, o direito a optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XIV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrente de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em casos de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito a optar pela suspensão do cumprimento das obrigações até que seja normalizada a situação;

XV - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução da obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVI - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

XVII - descumprimento do disposto no inciso C do art. 27 da Lei n°. 8.666/1993 (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo nas condições de aprendiz, a partir dos quatorze anos).

PARÁGRAFO ÚNICO. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo de contratação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Art. 27 A rescisão administrativa pode ser:

I - Unilateral ou administrativa: quando a Administração, frente a situações de descumprimento de cláusulas contratuais por parte do contratado, lentidão, atraso, paralisação ou por razões de interesse público, decide por ato administrativo unilateral e motivado, rescindir o contrato;

II - Amigável: acordo formalizado no processo, diante da conveniência da Administração e o contratado;

III - Judicial: quando a rescisão é discutida em instancia judicial e se dá conforme os termo de sentença transitada em julgado.

PARÁGRAFO ÚNICO. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Art. 28 Na rescisão unilateral são assegurados a Administração os seguintes direitos, sem prejuízo de sanções aplicáveis ao contratado, previstas na Lei n°. 8.666/1993:

I - Assumir de imediato o objeto contratado, no estado e no local em que se encontrar;

II - ocupar e utilizar local, instalações, materiais e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à continuidade de execução do objeto;

III - reter créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Câmara pelo contratado.

Seção VI Da Prorrogação

Art. 29 O art. 57 da Lei n°. 8.666/1993 estabelece que a duração dos contratos administrativos ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

e cita ainda as exceções de contratações que podem ultrapassar o exercício financeiro.

Art. 30 A prática dos atos de prorrogação de vigência do contrato deve ocorrer no processo de contratação, para serem providos todos os atos de registros e alteração do contrato.

Art. 31 O fiscal/comissão deverá informar ao Gabinete na Presidência, nos autos do processo de contratação, o interesse na prorrogação do contrato sob sua responsabilidade, apresentando:

I - manifestação sobre o desempenho da contratada;

II - pesquisa de mercado com empresas do ramo ou Órgãos da Administração Pública que mantenham contratos semelhantes, para subsidiar a análise da vantajosidade da prorrogação contratual;

III - manifestação da contratada em relação à prorrogação e ao reajuste de preços;

IV - os documentos de regularidade fiscal com a Receita Federal, INSS, FGTS e Débitos Trabalhistas (CNDT) e verificação de eventual proibição para contratar com a Administração;

V - informações sobre o saldo de empenho.

§1º. Nos casos de prorrogação de contratos de prestação de serviços contínuos, o fiscal/comissão deverá anexar aos autos cópia da convenção coletiva de trabalho, devidamente registrada na Delegacia Regional do Trabalho, ou do Dissídio Coletivo.

§2º. Quando for caso de dispensa e inexigibilidade de licitação, o fiscal/comissão deverá informar se a contratada continua mantendo, em relação a execução do objeto, as condições que ensejaram sua contratação conforme a fundamentação legal pertinente.

§3º. Nas hipóteses em que os contratos não puderem ser prorrogados o Setor Demandante deverá ser notificado em tempo hábil à elaborar novo Termo de Referência/Projeto Básico.

Art. 32 Os autos contendo pedido de prorrogação ou de elaboração de Termo de Referência/Projeto Básico, deverão ser encaminhados antes da expiração da vigência do respectivo contrato, nos seguintes prazos:



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- I - 45 dias - contratações de dispensa ou inexigibilidade de licitação;
- II - 75 dias - contratações oriundas de modalidades convite e pregão;
- III - 120 dias - contratações oriundas das modalidades tomada de preço e concorrência, assim como nas contratações originadas de registro de preços;

PARÁGRAFO ÚNICO. É importante observar o cumprimento dos sobreditos prazos, pois a elaboração da minuta do contrato, bem como edital, exigem detalhada análise do Termo de Referência/Projeto Básico, além de que os trâmites processuais obrigatórios e o próprio procedimento licitatório necessitam de tempo considerável de instrução.

Art. 33 Nos contratos cuja duração, ou previsão de duração, ultrapasse o exercício financeiro, indicar-se-ão o crédito e respectivo empenho para atender à despesa no primeiro exercício, bem como de cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, com a declaração de que, em Termos Aditivos ou apostilamentos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura.

Art. 34 Por ocasião de prorrogação da vigência do contrato, a Câmara deverá:

- I - assegurar-se de que os preços contratados continuam compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, em relação à realização de uma nova licitação;
- II - realizar a negociação contratual para a redução ou exclusão de custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, sob pena de não prorrogação da vigência do contrato.

Seção VII
Das Alterações

Art. 35 Os contratos poderão ser alterados desde que haja interesse da Administração (interesse público).

Art. 36 Para que as alterações sejam consideradas válidas devem ser justificadas por escrito e previamente analisadas pelo Gabinete da Presidência e autorizados pelo Presidente da Câmara.

Art. 37 A alteração unilateral pode acontecer nas seguintes situações:



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

I - alteração qualitativa: quando a Administração necessitar modificar o projeto ou as especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

II - alteração quantitativa: quando for necessária a modificação do valor do contrato em razão do acréscimo ou diminuição dos quantitativos do seu objeto.

Art. 38 A alteração por acordo de partes pode ocorrer nas seguintes situações:

I - quando for conveniente substituir a garantia efetuada para execução do contrato;

II - quando for necessária a modificação do regime de execução do contrato da obra ou serviços ou do fornecimento de bens em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

III - quando for necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias que surgirem após a assinatura do contrato, devendo ser mantido o seu valor inicial atualizado;

IV - quando for necessário restabelecer as relações inicialmente pactuadas entre os encargos do contrato e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Art. 39 De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, art. 65, §1º., a Administração pode alterar o contrato quando forem necessários acréscimos ou supressões nas compras, obras ou serviços, desde que respeitados alguns limites:

I - para compras, obras ou serviços: acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;

II - para reforma de edifício ou equipamento: acréscimos até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado do contrato.

§1º. Somente são permitidas supressões superiores a 25% (vinte e cinco por cento) quando houver acordo celebrado entre as partes.

§2º. O limite de 25% (vinte e cinco por cento) das modificações aplica-se sobre o valor inicial atualizado, ou seja, considerando o valor reajustado e revisto, nos termos do art. 65, inciso II, alínea;



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§3º. Os prazos de execução do objeto poderão ser aumentados ou diminuídos proporcionalmente aos acréscimos ou supressões que por acaso ocorram.

Seção VIII Do Equilíbrio Econômico-Financeiro

Art. 40 O equilíbrio econômico-financeiro, assegurado pelo art. 37, XXX da Constituição Federal, consiste na manutenção das condições de pagamento estabelecidas inicialmente no contrato, de maneira que se mantenha estável a relação entre as obrigações do contratado e a justa retribuição da Administração pelo fornecimento de bem, prestação de serviço ou execução de obra.

Art. 41 O reequilíbrio econômico -financeiro do contrato se justifica nas seguintes ocorrências:

I - fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do que foi contratado;

II - caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, quando esses fatos provocarem impactos significativos na equação econômico-financeira do contrato: (equação) = (encargo) / (pagamentos)

Art. 42 Para que possa ser autorizado e concedido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, normalmente pedido pelo contratado, deverá ser verificado:

I - os custos dos itens constantes da proposta contratada com a planilha de custos que acompanha o pedido de reequilíbrio;

II - a ocorrência de fato imprevisível, ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que justifique as modificações do contrato para mais ou para menos;

PARÁGRAFO ÚNICO. O reequilíbrio econômico-financeiro não está vinculado a qualquer índice, ocorre quando for necessário o restabelecimento da relação econômica que as partes pactuaram inicialmente.

Seção IX Do Reajuste

Art. 43 O reajuste de preços decorre da álea ordinária (risco normal) e está vinculado a um índice previamente definido no contrato, como trata o art. 40, XI, da Lei n.º.8.666/1993: Art. 40 O edital conterá [...] e indicará,



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

obrigatoriamente, o seguinte: [...] XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para a apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela.

Art. 44 O reajuste é cláusula necessária nos contratos administrativos, seguindo o disposto no art. 55, III da Lei n.º.8.666/1993: III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.

Art. 45 Em contratos com prazo de duração igual ou superior a um ano, é admitida cláusula com previsão de reajuste de preços.

Art. 46 De acordo com o art. 2.º, §3º da Lei n.º.10.192/2001, são nulos de pleno direito qualquer expediente que, na apuração do índice de reajuste, produzirem efeitos inferiores a 12 (doze) meses.

Seção X Da Repactuação

Art. 47 A repactuação é uma forma de negociação entre a Administração e a contratada, que objetiva a adequação dos preços contratuais aos novos preços de mercado.

Art. 48 A alteração do valor contratual na repactuação não se dá por índices oficiais, decorre da demonstração analítica da variação devidamente justificada dos componentes dos custos do contrato.

Art. 49 É necessário identificar a variação efetiva do custo de produção, desvendando-se daí, a dose necessária para alterar o valor contratual decorrente de eventos previsíveis, compreendidos na álea ordinária do contrato.

Seção XI Penalidades

Art. 50 A aplicação de penalidades ao contrato é um instrumento que a Administração dispõe para educá-lo, visando ao fiel cumprimento das obrigações contratuais.

Art. 51 A Administração deve sempre preservar o caráter pedagógico da sanção, além de promover a Justiça em cada caso.



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 52 Na aplicação de penalidades deve ser considerado o que dispõe o edital, o contrato e a Lei nº.8.666/1993, em seus artigos 86 a 88, assim como o art. 7º, da Lei nº.10.520/2002, nas contratações originadas da modalidade pregão.

Art. 53 Sempre que na apuração dos fatos houver questões jurídicas que precisem ser dirimidas para a aplicação de penalidade, a Procuradoria Geral deverá obrigatoriamente ser consultada.

Art. 54 Em regra são estas as penalidades previstas na Lei nº.8.666/1993:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporário do direito de licitar e impedimento para contratar;

IV - Declaração de inidoneidade.

Art. 55 No caso particular da licitação sob a forma Pregão:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Suspensão temporário do direito de licitar e impedimento para contratar;

IV - Exclusão do cadastro de fornecedores.

Art. 56 As penalidades constantes nos incisos I e II do art. 54 desta norma são reservadas às infrações de menor gravidade, e como regra, precedem aplicações das demais sanções.

Art. 57 As demais penalidades são aplicadas no caso de incorrer infrações graves.

Art. 58 Há quatro fases distintas para a aplicação de sanções: notificação, defesa, decisão e execução.

Art. 59 Caso o fiscal/comissão verifique a ocorrência de fato previsto contratualmente como case de penalidade, deverá relatar o ocorrido ao Gabinete da Presidência através do Relatório de Fiscalização para que seja instaurado o trâmite processual cabível, devidamente motivado.



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 60 Para validade da aplicação das penalidades, é indispensável que seja assegurado ao contratado o direito de ampla defesa e contraditório.

Art. 61 A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie da penalidade administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

Art. 62 O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da lei n.º 8.666/1993.

CAPÍTULO IV PAGAMENTO

Art. 63 A abertura do processo de pagamento é de competência do Gabinete da Presidência e de guarda do Fiscal de Contrato, e deverá ser composto com os seguintes componentes (cópias): contrato, termos aditivos, apostilamentos, nota de empenho, portaria de designação e Plano de Fiscalização.

Art. 64 O atesto da nota fiscal deverá ser acompanhado do Relatório de Fiscalização, onde deverão ser observados os artigos do Capítulo II desta Norma, assim como os documentos correlatos à liquidação da despesa e dos documentos de regularidade fiscal previstos no inciso X do art. 13 desta Norma.

Art. 65 Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), o(s) mesmo(s) será(ão) devolvidos(s) à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento devidamente corrigido.

Art. 66 O fiscal/comissão poderá efetuar glosa no pagamento de qualquer valor devido pela contratada em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

Art. 67. Os pagamentos deverão ocorrer conforme as seguintes previsões da Lei n.º 8.666/1993:

I - Prazo de 05 (cinco) dias úteis - despesas cujos valores não ultrapassem R\$8.000,00 (oito mil reais) (art.5.º, 3.º.);

II - Prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da obrigação (art.40, XIV).



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 68 - As notas fiscais referentes às obras, prestação de serviços e fornecimento de produtos devem ser encaminhadas pela empresa contratada ao fiscal/comissão para as providências necessárias à conferência, atesto dos documentos fiscais e liquidação da despesa.

Art. 69 - O fiscal/comissão, ao atestar a nota fiscal, está declarando que a obra, prestação de serviço e fornecimento de produto a que ela se refere foi satisfatoriamente executado e o que seu valor está em conformidade com o contrato.

Art. 70 Quando se tratar de fatura/nota fiscal de telefonia, água, luz ou assemelhados, com a data de vencimento expressa no corpo do documento, o mesmo deve ser encaminhado ao Gabinete da Presidência com antecedência mínima de 04 (quatro) dias úteis da data prevista para pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO. Caso a fatura/nota fiscal seja encaminhada fora do prazo supracitado e não haja possibilidade de efetuar pagamento na data aprazada, a mesma será restituída ao fiscal para as providências necessárias à prorrogação da data do vencimento.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 71 Os Fiscais de Contratos nomeados utilizarão medidas que possibilitem uma gestão eficaz dos contratos firmados pela Câmara Municipal, assegurando com isso as ações necessárias à sua operacionalização e aperfeiçoamento.

Art. 72 Constitui dever dos Fiscais de Contrato disponibilizar sempre que solicitado pelos seus superiores e Unidade Central de Controle Interno, relatórios gerenciais acerca dos contratos que estão sobre sua fiscalização.

Art. 73 Servidores da UCCI do Poder Legislativo, devidamente identificados, têm livre acesso aos Processos de Contração e Pagamento, por ocasião da realização de auditorias, inspeções e outras averiguações que entenderem necessárias para o cumprimento de sua função.

Art. 74. Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à Unidade Central de Controle Interno que, por sua vez, através de procedimentos de auditoria interna aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estruturas organizacional.

Art. 75 Os casos omissos nesta Instrução Normativa serão resolvidos pelo Gabinete da Presidência, conjuntamente com a Unidade Central de Controle Interno e a Presidência e Procuradoria Geral.



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 76 Esta Instrução Normativa entrará em vigência na data de publicação da Portaria de Aprovação, revogando as disposições a ela contrárias.

Fundão, 13 de Novembro de 2014.



CARLOS AUGUSTO TOFOLI
Presidente da Câmara Municipal de Fundão

LEONARDO DE LIMA OLIVEIRA
Agente de Unidade de Controle Interno



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Anexo 02 - Relatório de Fiscalização



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

INFORMAÇÕES GERAIS DO CONTRATO	
Contrato	
Processo de Contratação	Processo de Pagamento:
Empresa Contratada	
Objeto Contratado	
Valor Total Contratado	Valor Mensal:
Início da Vigência	/ /
Término da Vigência	/ /
Fiscal/Comissão	
Chefe de Gabinete	
RELATÓRIO	
OCORRÊNCIAS	
PROVIDÊNCIAS	
SUGESTÃO PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADE	
A) Advertência	D) Declaração de idoneidade
B) Multa	E) Impedimento de licitar e contratar (pregão)
C) Suspensão de licitar e impedimento de contratar	F) Penalidade Simultânea
JUSTIFICATIVA PARA APLICAÇÃO DE PENALIDADE	
Data: ___/___/___	Assinatura do Fiscal/Comissão: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE FUNDÃO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO			
OBSERVAÇÕES			
ACOMPANHAMENTO ORÇAMENTARIO/FINANCEIRO			
Nota Fiscal	Valor	Data	Saldo de Empenho
			SALDO

Gestor de Contrato